

Segundo Fórum de Políticas Públicas em HIV/Aids debate acesso à informação para mulheres

O Segundo Fórum de Políticas Públicas em HIV/Aids aconteceu no fim do mês junho, na cidade de Presidente Prudente -SP, com o objetivo de discutir o acesso à saúde por mulheres. Segundo a organização, há uma enorme necessidade de informação sobre as políticas de prevenção voltadas ao público feminino, envolvendo desde as relações sexuais entre mulheres, bem como o direito reprodutivo da mulher soropositiva, empoderamento feminino diante das relações afetivas, entre outros.

[\(Agência de Notícias da Aids, 14/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Participaram do evento as ativistas Rafaela Queiroz, do Movimento Nacional das Cidadãs Positivas e Vanessa Campos da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (RNP+).

“Foi impactante porque, trazer para o interior esse tipo de pauta foi revolucionário, já que nós não estamos acostumados com um evento dessa magnitude aqui. Tivemos mais de 400 pessoas presentes, tanto da cidade de Presidente Prudente como da região”, afirma Carla Diana, coordenadora da Associação Prudentina de Prevenção à Aids (APPA).

Os principais temas abordados foram as políticas públicas de insumos de prevenção para mulheres lésbicas e bissexuais; direitos sexuais e reprodutivos de mulheres que vivem com HIV/aids, e os impactos da reforma da previdência nessa população.

Para Rafaela Queiroz, “as mulheres na epidemia de aids, mesmo após mais de 30 anos, ainda seguem tentando conquistar espaço e voz no que se refere aos seus corpos e vivências. Não vejo as políticas públicas sendo construídas por e pelas mulheres, se pararmos pra analisar são sempre homens construindo e dizendo o que pode e não pode. No Departamento de Aids tivemos apenas duas mulheres como diretora, daí já tiramos a falta de políticas voltadas à nós, mulheres vivendo com HIV tem seus corpos mais atingidos pela lipodistrofia, há redução da lubrificação vaginal, há impacto no envelhecimento precoce e onde estamos nós falando sobre e para nós?”

“Este fórum é uma grande conquista. A própria mesa composta apenas por mulheres não é realidade em eventos. Se temos uma política de aids que ainda não inclui a subjetividade dos corpos femininos, quem dirá pra a diversidade das identidades de gênero, mulheres bi e lésbicas quando se trata de prevenção às ISTs em relação MSM (mulheres que fazem sexo com mulheres) numa relação cisgênero tem se apenas insumos de prevenção voltados ao falo e essas mulheres adaptam o preservativo existente para as relações sexuais o que causam uma vulnerabilidade maior. Ninguém assume quais são e se de fato existem essas vulnerabilidades, afinal quais pesquisas nos inclui? Mulheres lésbicas em consultas com ginecologistas tem uma maior dificuldade de serem atendidas e conseqüentemente de um diálogo sobre prevenção e exames ginecológicos básicos, por ter médicos despreparados para atendê-las, o que promove o afastamento de consultas e diagnósticos tardios”, conclui Rafaela.

A ativista Vanessa campos ressalta que “garantir os direitos sexuais e reprodutivos das

mulheres é um choque contra o machismo e racismo estruturais da sociedade brasileira. E quando se fala em mulheres vivendo com HIV/aids a vulnerabilização é potencializada. No cenário político atual, aonde os direitos humanos e igualdade de gêneros são desprezados, e misoginia e LGBTQfobia são alimentadas por discursos de ódio, o resultado é o agravamento das violências estruturais e desigualdades sociais que são verdadeiros motores do retrocesso na luta contra a epidemia de aids. Precisamos avançar no cuidado integral das pessoas e isso sim faz a prevenção acontecer de forma efetiva.”

“É fundamental que haja campanha para visibilizar de forma contundente sobre a prevenção ao HIV no pré-natal e amamentação. Venho falando que as mulheres cis precisam estar na população-chave da prevenção ao HIV. Só assim poderão ter acesso facilitado à PrEP. Sabemos que a grande maioria das mulheres não têm autonomia para exigirem uso do preservativo de seus parceiros. Mulheres cis tbm deveriam ter direito à PREP durante a gravidez e no pós-parto, assim não correriam o risco de se infectarem com HIV e de transmissão para a criança através da amamentação. Na prevenção da transmissão vertical do HIV, não basta somente acompanhar, tratar e orientar a mulher que vive com HIV/aids porque há mulheres que durante todo o pré-natal são negativas para HIV, mas após o parto, são infectadas pelos seus parceiros (e não sabem) e podem transmitir o HIV para seus bebês através da amamentação”, afirma Vanessa.

Fundada em 28/09/1992, a APPA nasceu com o objetivo principal de combater a aids através da sensibilização, além de oferecer apoio psicossocial aos portadores necessitados que a ela se dirigisse.

Por isso, trata-se de um evento que marca os 27 anos de fundação da APPA, e como parte da festividade, acontece como espaço para ampliar as informações e discutir as políticas que envolvem a temática do HIV/aids.

Passados 26 anos da sua fundação, hoje a instituição apresenta-se à comunidade em geral como um Centro de Convivência cuja atuação acontece em duas frentes de trabalho, saúde e assistência social, caracterizando-se assim como Instituição Híbrida ofertando serviços em ambas áreas de atendimento, com ações de promoção da qualidade de vida, cidadania, inserção e reinserção social e econômica das pessoas vivendo com HIV/aids na saúde, e constituição de um espaço de socialização e participação individual e familiar de pessoas sem HIV/aids em situação de vulnerabilidade social através de oficinas que despertem a convivência social e o desenvolvimento comunitário, na assistência social.

Por Redação da Agência de Notícias da Aids

Cidadãs PositHIVas de São Paulo realizam

VII Encontro Estadual de Mulheres Vivendo com HIV/Aids - SP/SP, 13 a 15/12/2018

O Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas do Estado de São Paulo (MNCP) realizará o VII Encontro Estadual de Mulheres Vivendo com HIV/Aids entre os dias 13 e 15 de dezembro. Trinta mulheres que vivem com HIV/aids no estado de São Paulo discutirão o tema “Saúde da Mulher e suas Vulnerabilidades e Especificidades”.

[\(Agência AIDS, 11/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O evento tem por objetivo promover a troca de experiências, mobilizar reflexões que gerem mudanças pessoais visando o fortalecimento e empoderamento das mulheres que vivem com HIV/Aids, para o enfrentamento da violência contra a mulher e o exercício da cidadania na efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como a integralidade da saúde da mulher nas políticas públicas de saúde.

Nesta ocasião estarão sendo homenageadas três mulheres, cuja contribuição tiveram impacto incisivo na maneira como o MNCP se organiza no Brasil e incide sobre as políticas públicas para o HIV/Aids.

Nair Brito, fundadora do MNCP e a primeira pessoa a exigir, judicialmente, anti-retrovirais gratuitos, abrindo caminho para que todas as pessoas tenham acesso ao tratamento e direito à vida. Jenice Pizão pelo trabalho nos países de língua portuguesa com o objetivo de que para as mulheres tivessem consciência de seus direitos e poder de atuação. E Adriana Aros, membro do MNCP no Estado de São Paulo que contribuiu de forma significativa para capacitação de novas lideranças.

Mulheres soropositivas debatem políticas públicas em Brasília

(EBC Rádios, 18/01/2015) A capital federal recebe nesta terça-feira (19) oficina que discute questões ligadas à vulnerabilidade das mulheres ao HIV

Saúde Integral das Mulheres Vivendo com HIV/Aids. Esse é o nome de uma oficina que começa nesta terça-feira (19), em Brasília, e promete discutir e aprofundar uma série de questões ligadas à vulnerabilidade das mulheres ao HIV.

Para falar sobre o assunto, o programa Viva Maria conversou com a assessora técnica do Departamento DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Elisiane Pasini. Ela contou

as expectativas frente a esse encontro com cidadãs soropositivas.

“São as melhores. A gente vem construindo esse evento com muito esmero, muito trabalho coletivo e fundamentalmente com uma ligação muito forte com os movimentos sociais. O departamento constrói as políticas junto com as pessoas. As mulheres que estão vivendo isso e todas as outras mulheres que vão compor a oficina sempre estiveram juntas e há muitas demandas. Inclusive, essa oficina vem de uma dessas demandas, que é a possibilidade de fortalecer o debate e dar voz a essas mulheres. Elas têm voz”, destacou.

Elisiane Pasini contou que as mulheres que participarão do encontro são representantes de diferentes movimentos sociais do país.

“A gente vai falar com as mulheres nas suas diversidades. Então, nós teremos profissionais do sexo, adultas e jovens, vivendo com Aids. Vai ser um ganho, porque nós vamos conseguir falar com profissionais do sexo que vivem a doença e que continuam trabalhando. Nós teremos mulheres transsexuais, lésbicas, negras, moradoras de rua, quilombolas, camponesas, além das cidadãs positivas, que estão com toda a sua força e com todas as suas boas lutas para a gente poder, juntas com outros órgãos do governo, realmente conduzir a política da melhor maneira junto com as mulheres”.

Saiba mais sobre o assunto ouvindo a entrevista na íntegra no player acima!

Desde o início da década de 80, as mulheres sabem: têm voz no rádio brasileiro. Com mais de 30 anos dedicados à defesa dos direitos da mulher, o Viva Maria apresenta temas relevantes e entrevistas com personalidades que contribuem para a melhoria da vida da mulher.

Acesse no site de origem: [Mulheres soropositivas debatem políticas públicas em Brasília \(EBC Rádios, 18/01/2015\)](#)

Coordenadora do Programa Estadual DST/Aids-SP reforça necessidade de mulheres soropositivas se vacinarem contra HPV

(Agência Aids, 04/08/2015) A Coordenação Estadual DST/Aids-SP reforça a importância da imunização contra o HPV de meninas e mulheres vivendo com HIV, tendo em vista a necessidade de se alcançar uma maior cobertura vacinal desta população.

Desde março, a vacina contra o Papilomavírus Humano (HPV) foi incorporada no calendário vacinal de meninas e mulheres que vivem com o HIV, entre 9 e 26 anos, em todo país. Esta população foi definida como prioritária uma vez que a infecção por HPV em soropositivos é mais persistente, portanto é maior o risco de evolução para câncer, comparada à população

geral. “Queremos ressaltar que a vacina encontra-se disponível para as usuárias nos ambulatórios que acompanham pessoas que vivem com HIV. Toda a equipe deve estar empenhada no oferecimento da mesma, em especial os pediatras, infectologistas, clínicos e ginecologistas”, diz Maria Clara Gianna, coordenadora do Programa Estadual DST/Aids-SP.

Em todo estado de São Paulo, os ambulatórios que acompanham pessoas vivendo com HIV e contam com sala de vacina estão orientados para ofertar a imunização às usuárias. Os que não dispõem de sala de vacina devem encaminhar as usuárias para os serviços de vacinação de referência. “Meninas e mulheres de 9 a 26 anos, vivendo com HIV, independentemente da faixa de CD4 e da carga viral, deverão receber vacina no esquema 0, 2 e 6 meses”, ressalta Maria Clara.

Acesse no site de origem: [Coordenadora do Programa Estadual DST/Aids-SP reforça necessidade de mulheres soropositivas se vacinarem contra HPV \(Agência Aids, 04/08/2015\)](#)